

XIII Conferência do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa

A Construção de um Sistema de Justiça Inclusivo e Eficaz como Pilar para a Integração Jurídica e o Desenvolvimento Sustentável dos Países de Língua Portuguesa: Breve Descrição da Realidade do Poder Judiciário Angolano.

Dr. Pedro Nazaré Pascoal

Tribunal Supremo

Juiz Conselheiro,

Camara Criminal

Apresentação:

Excelentíssimos Presidentes dos Supremos Tribunais, Magistrados, Juristas, Ilustres Convidados, Senhoras e Senhores,

É para mim uma honra representar, nesta XIII Conferência do Fórum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça dos Países e Territórios de Língua Portuguesa, a Veneranda Juíza Conselheira Presidente do Tribunal Supremo de Angola, em exercício, Dr.ª Efigénia Clemente, assim como dirigir-me a Vossas Excelências e a todos os presentes com o propósito de contribuir para o aprofundamento do debate sobre **como o Direito e a Justiça não são meros conceitos, mas instrumentos essenciais de aproximação entre povos e motores do desenvolvimento económico-social**.

Introdução

Permitam-me uma brevíssima introdução e fazer um compromisso de não tornar a minha apresentação maçante.

Quando falamos em **Direito** e em **Justiça**, falamos de valores universais: equidade, dignidade da pessoa humana, segurança jurídica, respeito pelos direitos fundamentais, entre outras categorias axiológicas.

Em países de língua portuguesa, apontamos para um rico património comum jurídico, cultural, linguístico que nos dá uma base sólida para cooperação, aprendizagem mútua, harmonização normativa e fortalecimento institucional.

Devo referir que o desenvolvimento económico-socialque incorpora crescimento, redução da pobreza, melhoria de condições de vida — exige mais do que boas políticas económicas: exige instituições jurídicas fortes, eficientes e confiáveis. A Justiça, no seu papel, precisa não só de existir formalmente, mas de operar de forma tangível para cidadãos, empresas, investidores.

Hoje, desejo partilhar cos nobres participantes deste magno Fórum a experiência de Angola, os progressos, os desafios, e delinear recomendações concretas para que o Tribunal Supremo e o Judiciário, no seu conjunto, possam continuar a exercer este papel de ponte entre o Direito e o progresso societário.

Angola: situação actual e medidas recentes

Segurança Jurídica e Confiança no Sistema

Em Angola, há um esforço crescente para modernizar o sistema judicial, criando maior previsibilidade e confiança no ambiente legal. Por exemplo, no discurso de abertura do Ano Judicial de 2024, o então Presidente do Tribunal Supremo, Juiz Conselheiro Joel Leonardo, destacou que a **informatização dos tribunais** será uma ferramenta vital para permitir que magistrados pratiquem actos a qualquer tempo e de qualquer lugar, com acesso remoto aos processos.

Também foi anunciado o lançamento de um **portal de serviços** para arrecadação de taxas, emolumentos, multas, contribuições e doações, com uso de tecnologia moderna: RUPE, pagamentos por multicaixa, terminais de pagamento automático, *internet banking*. Isso representa um passo concreto para tornar os tribunais mais acessíveis, transparentes e eficientes.

1. Celeridade Processual

Neste plano, é de realçar que os **Juízes de Garantias**, em funcionamento desde Maio de 2023, resolveram cerca de 30.000 processos e expedientes judiciais num ano. Registou-se, entre eles, emissão de mandados de soltura ou de condução, acções que denotam impacto humanitário real.

Em 2024, o Tribunal Supremo de Angola julgou **1.263 processos**, partindo de um acervo inicial de 2.384 processos. A partir deste desempenho, verifica-se, em 2025, menos de mil processos pendentes nesse nível. Esse dado reforça a credibilidade da instituição perante o cidadão.

Contudo, é reconhecido que nem todos os dados são animadores. Importa referir que persiste a questão da morosidade em muitos procedimentos, exigindo reflexão e acção mais circunstanciadas para garantir não só quantidade, mas qualidade e rapidez na resposta judicial.

2. Acesso à Justiça e Direitos Humanos

Uma preocupação permanente em Angola é o **excesso de prisão preventiva**. Existe uma Comissão de Trabalho Ad Hoc, criada em dezembro de 2020, que se reúne periodicamente para actualizar dados nacionais sobre o assunto. A última reunião (21.ª) envolveu participação de Juízes Presidentes dos Tribunais da Relação e de Comarca, serviços penitenciários, Ministério da Justiça e Direitos Humanos, Procuradoria-Geral, Provedoria de Justiça, Ordem dos Advogados.[1]

Tal iniciativa demonstra compromisso institucional com os direitos fundamentais e com os princípios do devido processo legal, bens essenciais para a aproximação do poder judicial às expectativas dos cidadãos.

3. Infra-estrutura, Recursos Humanos e Transparência

O Executivo, conforme pronunciamentos, comprometeu-se com investimento em **infra-estruturas judiciais**, melhoramento das condições materiais de trabalho e com a dignificação do serviço da justiça.[2]

A formação contínua de magistrados é também destacada: Angola estabeleceu acordos de cooperação com instituições como o Centro de Estudos Judiciários de Portugal ou a ENFAM do Brasil para cursos de pós-graduação, mestrado, doutoramento, um passo importante para que se desenvolva um labor com um nível de qualidade cada vez melhor.[3]

---

[1] https://tribunalsupremo.ao/dados-da-situacao-de-excesso-de-prisao-preventiva-no-pais-serao-actualizados-amanha-no-tribunal-supremo/?utm_source=chatgpt.com

[2] https://governo.gov.ao/

[3] https://governo.gov.ao/noticias/1396/governo/ano-judicial-2024/ts-anuncia-portal-de-servicos-para-arrecadacao-de-taxas-e-emolumentos?utm_source=chatgpt.com

4. Desafios persistentes

Apesar dos progressos, há obstáculos que continuam a exigir atenção:

- **Morosidade processual**: embora o Tribunal Supremo tenha reduzido o número de processos pendentes, a proporção ainda existente exige medidas mais sistemáticas para evitar atrasos, especialmente nos tribunais de instância inferior, nos Tribunais de Comarca, Relações.
- **Desigualdades regionais**: alguns círculos judiciais têm menos acesso a infraestrutura moderna, menos quadros qualificados, o que gera assimetrias no acesso à justiça entre províncias e entre zonas rurais e urbanas.
- **Recursos humanos**: necessidade de atrair e manter magistrados e pessoal de apoio, com remuneração adequada, formação contínua de qualidade, ética, integridade profissional.
- **Independência e percepções públicas**: o Judiciário deve não só ser independente *de jure*, mas construir independência *de facto*. A confiança do público depende da transparência, imparcialidade, da ética e da integridade dos magistrados, bem como de decisões judiciais fundamentadas e previsíveis.
- **Tecnologia e digitalização integradas**: a informatização já anunciada é promissora, mas exigirá esforço sustentável (custos, formação, infraestruturas de telecomunicações, acesso à internet de qualidade, segurança de dados, protecção da privacidade, etc.).

5. Recomendações concretas

Para que o Tribunal Supremo e, de modo geral, o Poder Judiciário angolano cumpram cada vez melhor o seu papel como agente de desenvolvimento e aproximação entre povos, proponho:

1. **Implementação acelerada da digitalização completa do processo judicial**, com sistemas de gestão de processos eletrónicos, acesso remoto para partes, juízes, procuradores; plataforma pública de consulta de andamento processual (respeitando sigilo quando necessário), para melhorar transparência e confiança.
2. **Desenvolver programas de mediação, conciliação e resolução alternativa de litígios**, especialmente em matéria civil, comercial, laboral esses métodos aliviam sobrecargas, promovem soluções mais céleres, baratas, muitas vezes mais adequadas aos litigantes.

3. **Fortalecer a segurança jurídica** por meio de decisões jurisprudenciais bem fundamentadas, consolidando precedentes, uniformização de entendimentos; assegurar que a legislação económica e regulatória seja clara, estável e publicamente acessível.
4. **Reforçar campanhas de formação e valorização dos quadros** — tanto magistrados como oficiais de justiça e pessoal de apoio. Incluir formação ética, de gestão do processo, de linguagem acessível ao público, respeito aos direitos humanos.
5. **Melhorar o acesso físico e económico à justiça** — implementação de tribunais itinerantes em zonas remotas ou províncias menos servidas; justiça gratuita ou facilitação de custos processuais para pessoas de baixos recursos.
6. **Ajustar mecanismos de monitorização institucional**, uso de estatísticas judiciais regulares; Comissões para analisar causas crónicas de atraso; relatórios públicos; envolvimento da sociedade civil; auditoria externa de desempenho judicial.
7. **Cooperação lusófona e internacional**, Angola pode beneficiar-se ainda mais com intercâmbio de boas práticas, harmonização normativa em domínios comerciais, contratuais, de investimento; cooperação técnica; formação conjunta; acordos de reconhecimento mútuo de decisões.

Conclusão

Senhoras e Senhores,

O Direito e a Justiça são pontes: entre o cidadão e o Estado; entre o passado e o futuro; entre povos que partilham línguas e valores. Em Angola, estamos empenhados em reforçar essas pontes: modernizando o sistema judicial, acelerando processos, garantindo protecção de direitos fundamentais, promovendo ética e independência.

Mas esse é um caminho coletivo. A aproximação entre povos lusófonos depende também de que os Tribunais Supremos, os sistemas judiciais de cada país, mantenham a confiança, promovam justiça tangível, e façam do Direito um fator activo de desenvolvimento económico-social.

Que esta Conferência sirva não só para compartilhar experiências, mas para reforçar compromissos: compromisso com a celeridade, com a justiça acessível, com a segurança jurídica, com a transparência e com a solidariedade institucional entre os países de língua portuguesa.

Muito obrigado.

Fontes:

Comunicação do Tribunal Supremo de Angola: “TS anuncia portal de serviços para arrecadação de taxas e emolumentos” (Ano Judicial 2024).

Discurso e dados de celeridade dos Juízes de Garantias em Angola: “Juízes de garantias resolveram quase 30 mil processos judiciais num ano”.

Informação institucional: “Tribunal Supremo julgou 1.263 processos em 2024 … iniciou o ano com 2.384 processos … parte para 2025 com pouco menos de 1.000 processos pendentes.”

Abertura do Ano Judicial 2024, sobre informatização e eficiência dos serviços da justiça, pronunciamento presidencial.

Dados sobre excesso de prisão preventiva e Comissão Ad Hoc para análise desse problema.